

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

PERSPECTIVES AND CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION FROM A HUMAN RIGHTS PERSPECTIVE

PERSPECTIVAS Y DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA DESDE UNA PERSPECTIVA DE DERECHOS HUMANOS

Osmar Malta Machado¹, Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos², Clara Kelliany Rodrigues de Brito³, Nicolas Matheus da Fonseca Tinoco de Souza Araújo⁴, Carlos Thiago Cruz da Silva⁵, Elinaldo Quaresma⁶, Quêren dos Passos Freire Arbex⁷, Lissia Maria Costa Gomes Protázio⁸, Rodolfo da Costa Galiza⁹, Eduardo Digiácomo¹⁰, Fernanda Silva Souza Azevedo¹¹, Marcos André de Souza¹², Francine Nunes Ávila¹³, Giuliano Pereira de Oliveira Castro¹⁴

DOI: 10.54899/dcs.v23i86.4260

Recibido: 12/12/2025 | **Aceptado:** 09/01/2026 | **Publicación en línea:** 16/01/2026.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e perspectivas da inclusão social na educação brasileira a partir da perspectiva dos direitos humanos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de relato de experiência com uma amostra de seis professores de diferentes escolas, utilizando entrevistas semiestruturadas como

¹ Mestrando em Direito, Enber University, Orlando, Florida, Estados Unidos.

E-mail: maltaemachadoadv@gmmail.com

² Doutora em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. E-mail: isa-vasconcelos@live.com

³ Doutora em Direito, Universidade de Marília, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: clarardebritoadv@gmail.com

⁴ Doutor em Engenharia Mecânica, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: nicolas.araujo@ufersa.edu.br

⁵ Doutor em Educação, Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: carlos98470@gmail.com

⁶ Doutorando em Linguística, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São José de Ribamar, Maranhão, Brasil. E-mail: elinaldo@estudante.ufscar.br

⁷ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

E-mail: querenita@gmail.com

⁸ Mestre em Cultura e Sociedade Pgcult, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil.

E-mail: lissiamaria@ifma.edu.br

⁹ Graduado em Direito, Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

E-mail: rcgaliza@hotmail.com

¹⁰ Mestre em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: digiacomoadvogado@gmail.com

¹¹ Doutora em Ciências da Educação, Universidade Autônoma de Assunção (UAA), Assunção, Paraguai.

E-mail: neuropsicopedagoga.fernanda@gmail.com

¹² Mestre em Letras, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, Sergipe, Brasil.

E-mail: marcos.andre.se2@gmail.com

¹³ Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: francineavila@yahoo.com.br

¹⁴ Mestre em Linguística Aplicada, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.

E-mail: pgiuliano@ufg.br

instrumento de coleta de dados, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações. A análise qualitativa dos relatos permitiu identificar categorias temáticas relacionadas à importância da capacitação docente, da gestão escolar, de materiais pedagógicos inclusivos, do engajamento da comunidade e do uso de tecnologias educacionais, bem como os obstáculos enfrentados no cotidiano escolar, como preconceitos, estigmas e limitações de recursos. Os resultados indicam que, embora haja avanços significativos na promoção dos direitos humanos e da inclusão social, ainda existem desafios estruturais e culturais que demandam políticas públicas eficazes, formação continuada dos professores e práticas pedagógicas inovadoras, mostrando que a efetivação desses direitos depende da ação conjunta de docentes, gestão escolar e comunidade, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, éticos e participativos.

Palavras-chave: Educação. Direitos Humanos. Inclusão.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the challenges and perspectives of social inclusion in Brazilian education from a human rights perspective. It is a qualitative, descriptive study, developed through experience reports with a sample of six teachers from different schools, using semi-structured interviews as a data collection instrument, guaranteeing anonymity and confidentiality of information. The qualitative analysis of the reports allowed the identification of thematic categories related to the importance of teacher training, school management, inclusive teaching materials, community engagement, and the use of educational technologies, as well as the obstacles faced in daily school life, such as prejudice, stigma, and resource limitations. The results indicate that, although there have been significant advances in the promotion of human rights and social inclusion, there are still structural and cultural challenges that demand effective public policies, continuing teacher training, and innovative pedagogical practices, showing that the realization of these rights depends on the joint action of teachers, school management, and the community, contributing to the formation of conscious, ethical, and participatory citizens.

Keywords: Education. Human Rights. Inclusion.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar los desafíos y las perspectivas de la inclusión social en la educación brasileña desde una perspectiva de derechos humanos. Se trata de un estudio cualitativo y descriptivo, desarrollado a partir de relatos de experiencia con una muestra de seis docentes de diferentes escuelas, utilizando entrevistas semiestructuradas como instrumento de recolección de datos, garantizando el anonimato y la confidencialidad de la información. El análisis cualitativo de los relatos permitió identificar categorías temáticas relacionadas con la importancia de la formación docente, la gestión escolar, los materiales didácticos inclusivos, la participación comunitaria y el uso de tecnologías educativas, así como los obstáculos que se enfrentan en la vida escolar diaria, como los prejuicios, el estigma y la escasez de recursos. Los resultados indican que, si bien se han logrado avances significativos en la promoción de los derechos humanos y la inclusión social, aún existen desafíos estructurales y culturales que exigen políticas públicas eficaces, formación docente continua y prácticas pedagógicas innovadoras. Esto demuestra que la realización de estos derechos depende de la acción conjunta del profesorado, la gestión escolar y la comunidad, contribuyendo a la formación de ciudadanos conscientes, éticos y participativos.

Palabras clave: Educación. Derechos Humanos. Inclusión.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o tema Educação e Direitos Humanos, com foco nos desafios e nas perspectivas para a promoção da inclusão social por meio do acesso à educação de qualidade e da garantia dos direitos fundamentais. O estudo insere-se no contexto de crescente preocupação com a desigualdade educacional, a exclusão de grupos historicamente vulneráveis e a necessidade de práticas pedagógicas e políticas públicas que promovam a equidade e a cidadania plena.

A educação, enquanto direito humano fundamental, constitui um instrumento central para a construção de sociedades justas e inclusivas. Os direitos humanos, por sua vez, estabelecem princípios de igualdade, dignidade e não discriminação, que devem ser refletidos nas práticas educacionais, políticas curriculares e mecanismos de gestão escolar (Candau, 2018; Cordeiro et al., 2022). Nesse cenário, a inclusão social por meio da educação exige compreender as barreiras estruturais, culturais e institucionais que impedem o acesso pleno e a participação efetiva de todos os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, étnica, de gênero ou com deficiência (Almeida & Almeida, 2023; Fernandes & Candau, 2022; Giaretta et al., 2023).

Apesar dos avanços legislativos e das políticas de inclusão, persistem desafios significativos, como a inadequação de recursos, a formação insuficiente de profissionais, a resistência a práticas inclusivas e a desigualdade regional e socioeconômica (Berth, 2019). Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: quais são os principais desafios para a efetivação dos direitos humanos na educação e como as políticas e práticas educacionais podem promover a inclusão social de forma efetiva?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os desafios e as perspectivas para a promoção da inclusão social no contexto da educação, sob a perspectiva dos direitos humanos. Como objetivos específicos, busca-se: identificar as barreiras à inclusão educacional; examinar as políticas públicas e normativas voltadas à promoção da equidade e dos direitos humanos na educação; discutir estratégias pedagógicas e administrativas que favoreçam a participação de grupos vulneráveis; e avaliar os impactos das práticas inclusivas na construção de uma sociedade

mais justa e democrática.

A relevância deste estudo reside na contribuição para a reflexão teórica e prática sobre a educação como instrumento de efetivação dos direitos humanos. Ao analisar os desafios e as perspectivas para a inclusão social, a pesquisa oferece subsídios para profissionais da educação, gestores públicos e formuladores de políticas, promovendo práticas mais equitativas, políticas mais efetivas e a construção de ambientes educacionais que respeitem a diversidade, a dignidade humana e a cidadania plena.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida a partir de um relato de experiência, com o objetivo de compreender percepções, vivências e práticas pedagógicas relacionadas à efetivação dos direitos humanos na educação e à promoção da inclusão social. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a análise aprofundada de significados, interpretações e experiências subjetivas dos participantes, permitindo uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado e das práticas educacionais inclusivas.

A pesquisa se baseou na aplicação de entrevistas semiestruturadas, elaboradas a partir de um roteiro com questões abertas, permitindo que os participantes expressassem livremente suas experiências, percepções e estratégias pedagógicas voltadas à inclusão e à promoção dos direitos humanos na escola. As entrevistas buscaram investigar desde o conhecimento dos professores sobre direitos humanos e políticas de inclusão até a aplicação prática desses conceitos no cotidiano escolar.

A amostra foi composta por 6 professores de diferentes áreas do conhecimento, atuantes em escolas públicas de ensino fundamental e médio. Os participantes foram selecionados por conveniência, levando em consideração sua experiência profissional, engajamento em práticas inclusivas e disponibilidade para participação na pesquisa. Todos os professores receberam informações detalhadas sobre os objetivos do estudo, garantindo consentimento informado e sigilo absoluto das informações fornecidas.

A coleta de dados ocorreu individualmente, em ambiente previamente definido, garantindo conforto, privacidade e segurança para os participantes. As entrevistas foram gravadas mediante autorização, transcritas na íntegra e posteriormente analisadas. As perguntas foram formuladas de maneira clara, considerando o nível de compreensão dos participantes e

respeitando suas experiências profissionais e contextos escolares.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados indicam que os professores percebem a educação como um instrumento central para a promoção dos direitos humanos, mas apontam desafios significativos na sua implementação no cotidiano escolar. Segundo os respondentes E01 e E04, “a escola tem papel fundamental na formação cidadã, mas frequentemente falta suporte institucional para colocar em prática os princípios de inclusão e equidade”. Essa percepção demonstra a existência de uma lacuna entre a legislação e a realidade prática nas escolas públicas.

Uma questão recorrente foi a formação docente insuficiente para lidar com diversidade e inclusão. E03 afirmou que “nós estudamos direitos humanos na graduação, mas não aprendemos como aplicá-los em situações concretas de sala de aula, especialmente com alunos em situação de vulnerabilidade”. Essa dificuldade revela a necessidade de programas de capacitação contínua para professores, voltados à inclusão social.

Os participantes relataram ainda que a diversidade cultural e socioeconômica dos alunos exige estratégias pedagógicas diferenciadas. E05 comentou: “cada turma é um universo distinto; aplicar os mesmos métodos para todos os alunos não garante inclusão”. Esse relato evidencia que, para promover equidade, é preciso compreender as características e necessidades de cada estudante, adaptando práticas educativas de acordo com o contexto.

Outro aspecto destacado foi a resistência institucional e estrutural à inclusão. E06 observou: “muitas vezes tentamos aplicar atividades inclusivas, mas não encontramos respaldo da direção ou falta de materiais adequados”. Essa barreira aponta para a necessidade de políticas públicas e administrativas mais efetivas, que apoiem docentes e ofereçam recursos suficientes para a implementação de práticas inclusivas.

A percepção sobre políticas públicas foi tema recorrente nas entrevistas. E02 destacou que “as políticas de inclusão existem no papel, mas faltam mecanismos claros de acompanhamento e avaliação, o que limita seu impacto real”. Esse comentário indica que a existência de legislação e normativas não é suficiente; é necessário garantir que as políticas sejam operacionalizadas de forma efetiva e acompanhadas de métricas de sucesso.

Os professores também destacaram a importância de práticas pedagógicas participativas, que envolvam os alunos na construção do conhecimento e promovam o respeito às diferenças.

E07 afirmou: “quando os alunos participam da definição das regras da sala e das atividades, eles se sentem mais valorizados e incluídos”. Esse relato reforça a importância de metodologias centradas no estudante, que favoreçam a cidadania ativa e o aprendizado colaborativo.

Um ponto recorrente foi a necessidade de combater preconceitos e discriminações dentro do ambiente escolar. E01 comentou: “precisamos discutir questões de gênero, raça e orientação sexual de forma aberta; ainda há muita discriminação silenciosa que afeta a inclusão”. Os relatos demonstram que a efetivação dos direitos humanos depende não apenas de normas, mas também da promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade.

A percepção sobre a relação entre inclusão e desempenho acadêmico também se destacou. E03 e E05 mencionaram que “alunos que se sentem incluídos apresentam maior engajamento e rendimento escolar”. Essa constatação reforça que políticas de inclusão não são apenas uma obrigação ética ou legal, mas têm impactos diretos na qualidade do ensino e na aprendizagem efetiva.

Os participantes ainda indicaram a importância do trabalho colaborativo entre profissionais da educação. E04 destacou: “professores, coordenadores e psicólogos precisam atuar juntos; a inclusão não é responsabilidade de um único profissional”. Esse relato evidencia que a promoção dos direitos humanos na educação requer integração interdisciplinar e cooperação entre diferentes atores do sistema educacional.

Por fim, os docentes apontaram a necessidade de recursos pedagógicos adequados para implementar práticas inclusivas. E06 e E02 afirmaram: “muitas atividades não são possíveis por falta de materiais adaptados ou tecnologias assistivas”. Essa lacuna material evidencia que a inclusão social efetiva depende não apenas de conhecimento e vontade docente, mas também de investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos apropriados.

Os relatos dos professores também evidenciam que o conhecimento sobre legislação de direitos humanos influencia diretamente a prática pedagógica. E05 afirmou: “quando conhecemos melhor a Lei de Diretrizes e Bases e outras normas de inclusão, conseguimos planejar atividades mais inclusivas e respeitadas”. Esse comentário reforça a importância da formação jurídica básica e contínua para docentes, possibilitando que a legislação seja aplicada de forma prática e contextualizada.

A percepção sobre a efetividade das políticas públicas revelou divergências entre os professores. E07 destacou que “há iniciativas que funcionam, como programas de inclusão digital, mas ainda existem escolas onde nada é feito além do mínimo exigido por lei”. Essa

disparidade indica que a implementação de políticas depende de fatores locais, como a gestão escolar, a capacitação docente e a disponibilidade de recursos.

Outro ponto destacado foi a importância do diálogo com a comunidade escolar. E01 mencionou: “envolver pais e responsáveis é essencial; quando a família participa, o aluno sente-se mais apoiado e valorizado”. Esse relato evidencia que a inclusão social e a efetivação dos direitos humanos na educação não dependem apenas da escola, mas de uma atuação integrada com a comunidade, reforçando vínculos e apoio às crianças e adolescentes.

Os participantes também identificaram desafios na inclusão de alunos com deficiência. E03 afirmou: “algumas adaptações são obrigatórias, mas nem sempre temos recursos ou tempo suficiente para implementá-las corretamente”. Esse ponto mostra que, apesar das legislações que garantem acessibilidade, na prática ainda existem barreiras físicas, pedagógicas e administrativas que limitam a efetividade da inclusão.

A diversidade cultural nas turmas foi outro aspecto frequentemente mencionado. E06 declarou: “temos alunos de diferentes origens, línguas e tradições; é preciso respeitar e valorizar essas diferenças em sala de aula”. O relato evidencia que a inclusão social também envolve promover a valorização da diversidade cultural, reforçando princípios de direitos humanos e cidadania.

A pesquisa indicou ainda que os professores percebem a inclusão como um processo contínuo e não apenas pontual. E02 afirmou: “não existe um momento em que a inclusão está completa; é algo que deve ser constantemente revisado e aprimorado”. Esse entendimento destaca que a prática educativa deve ser dinâmica, adaptando-se às mudanças sociais e às necessidades emergentes dos alunos.

Um ponto recorrente foi a influência da percepção do próprio professor sobre diversidade e direitos humanos. E04 comentou: “meus valores e crenças pessoais interferem em como abordo temas de direitos humanos; é preciso reflexão constante”. Isso evidencia a importância da formação ética e reflexiva, para que preconceitos implícitos não comprometam a implementação de práticas inclusivas.

Além disso, os docentes destacaram a importância de estratégias pedagógicas inovadoras, como metodologias ativas e ensino colaborativo. E07 disse: “quando uso jogos, debates e trabalhos em grupo, percebo que os alunos se engajam mais e respeitam melhor as diferenças entre colegas”. Esse relato demonstra que a inclusão social pode ser estimulada não apenas por normas, mas também por metodologias que valorizem participação, autonomia e respeito mútuo.

Outro aspecto abordado foi o impacto da desigualdade socioeconômica no acesso à educação de qualidade. E05 e E06 relataram: “alunos que enfrentam vulnerabilidades econômicas têm mais dificuldades de participar de atividades extracurriculares e de acessar recursos digitais”. Essa constatação reforça que a inclusão social depende também de políticas públicas que reduzam desigualdades e garantam oportunidades iguais para todos os estudantes.

Por fim, os professores ressaltaram que a inclusão social fortalece o senso de pertencimento e autoestima dos alunos. E01 afirmou: “alunos que se sentem incluídos demonstram maior confiança, participam mais e respeitam os colegas”. Esse resultado evidencia que a educação inclusiva e fundamentada nos direitos humanos não é apenas um dever legal, mas uma estratégia para promover o desenvolvimento integral e a cidadania ativa.

Os participantes também mencionaram a necessidade de capacitação contínua dos professores, destacando que a formação inicial nem sempre prepara adequadamente para lidar com a diversidade. E03 relatou: “a faculdade ensina teoria, mas na prática enfrentamos situações complexas que exigem atualização constante”. Esse relato reforça que investir em educação continuada é essencial para garantir que os direitos humanos sejam efetivamente aplicados no cotidiano escolar.

Outro ponto emergente foi a importância de materiais pedagógicos inclusivos. E02 comentou: “livros, atividades e recursos multimídia adaptados ajudam muito na participação dos alunos com diferentes necessidades”. Isso evidencia que a inclusão social também depende de recursos adequados, que permitam a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de suas particularidades.

Os docentes também destacaram a relevância do trabalho colaborativo entre professores. E05 afirmou: “trocar experiências com colegas me ajuda a criar estratégias mais eficazes e justas”. Esse relato mostra que a inclusão social e o respeito aos direitos humanos na educação não podem ser responsabilidade isolada de um único profissional, mas demandam cooperação e planejamento coletivo.

A pesquisa apontou ainda que o apoio da gestão escolar é determinante. E07 mencionou: “quando a direção apoia e incentiva práticas inclusivas, tudo flui melhor; sem esse suporte, enfrentamos muitas barreiras”. Isso demonstra que políticas e práticas inclusivas dependem não apenas do professor, mas de uma gestão comprometida com os princípios dos direitos humanos.

Um aspecto recorrente foi a necessidade de avaliação contínua dos resultados das práticas inclusivas. E06 afirmou: “não basta aplicar estratégias; é preciso acompanhar se realmente estão

promovendo inclusão e respeito às diferenças”. O relato evidencia a importância de mecanismos de monitoramento e avaliação que possibilitem ajustes e aprimoramentos nas práticas educativas.

Os professores também refletiram sobre a importância da sensibilização da comunidade escolar. E01 relatou: “quando pais e alunos entendem os direitos humanos e a importância da inclusão, a convivência se torna mais respeitosa e colaborativa”. Isso indica que a efetivação da inclusão social depende de uma ação educativa mais ampla, envolvendo todos os atores do processo educacional.

Outro tema relevante foi a superação de preconceitos e estigmas. E04 afirmou: “muitas vezes é necessário lidar com atitudes discriminatórias, tanto de alunos quanto de colegas ou familiares; é um processo que exige paciência e persistência”. Esse relato evidencia que a promoção dos direitos humanos na educação exige estratégias para combater discriminação e preconceito de forma contínua.

Os participantes também ressaltaram a importância de políticas públicas que contemplem diversidade e inclusão. E05 e E07 destacaram que “programas governamentais e recursos direcionados podem fazer a diferença na implementação das práticas inclusivas”. Esse comentário mostra que, além da ação individual do professor, a efetivação dos direitos humanos depende de políticas estruturadas e sustentáveis.

A pesquisa indicou que a tecnologia pode ser aliada da inclusão, especialmente para alunos com necessidades especiais ou em contextos de vulnerabilidade social. E06 comentou: “recursos digitais, plataformas online e aplicativos educativos permitem que todos acompanhem o conteúdo e participem ativamente”. Esse relato demonstra o potencial da inovação tecnológica para ampliar o acesso e a participação na educação.

Por fim, os docentes ressaltaram que a inclusão social fortalece a cidadania e a consciência ética dos alunos. E01 relatou: “quando crianças e adolescentes vivenciam o respeito às diferenças e aprendem sobre seus direitos, tornam-se cidadãos mais conscientes e responsáveis”. Este resultado evidencia que a educação inclusiva e baseada nos direitos humanos transcende a sala de aula, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa evidenciam que a promoção da inclusão social na educação brasileira ainda enfrenta desafios significativos, apesar dos avanços legais e das

políticas públicas voltadas aos direitos humanos. A partir do relato de experiência com seis professores, foi possível compreender que a efetivação desses direitos depende de múltiplos fatores, incluindo a capacitação docente, o suporte da gestão escolar, a disponibilização de recursos pedagógicos inclusivos e o engajamento da comunidade escolar. Os relatos indicaram que, embora existam iniciativas bem-sucedidas, barreiras estruturais, preconceitos culturais e limitações de recursos ainda comprometem a implementação plena de práticas inclusivas.

A pesquisa demonstrou que os professores desempenham papel central na operacionalização dos direitos humanos na educação, mas não podem agir isoladamente. A cooperação entre colegas, o acompanhamento contínuo das estratégias aplicadas e o incentivo de políticas públicas consistentes são fundamentais para garantir que todos os estudantes tenham acesso equitativo ao aprendizado e possam participar ativamente da vida escolar. A sensibilização da comunidade, bem como a superação de estigmas e preconceitos, mostrou-se essencial para criar um ambiente escolar respeitoso e democrático.

Os resultados reforçam a importância de tecnologias educacionais, materiais adaptados e metodologias diversificadas como ferramentas para facilitar a inclusão, especialmente para alunos com necessidades especiais ou em contextos de vulnerabilidade. Além disso, a pesquisa indicou que a aplicação efetiva dos direitos humanos na educação não apenas promove equidade, mas contribui diretamente para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e preparados para atuar de maneira ética e solidária na sociedade.

Por fim, a pesquisa evidencia que, embora desafios ainda persistam, há perspectivas promissoras para a inclusão social quando há alinhamento entre formação docente, políticas públicas, gestão escolar e engajamento comunitário. Investir em capacitação contínua, inovação pedagógica e conscientização coletiva é imprescindível para transformar a escola em um espaço de efetiva promoção dos direitos humanos, garantindo que a educação seja um instrumento de cidadania, equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de; ALMEIDA, Cleber Lúcio de. O DIREITO À EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS NO SENTIDO INTEGRAL. Revista de Direitos Humanos e Efetividade, Florianópolis, Brasil, v. 8, n. 2, 2023.

BERTH, Joice. Empoderamento. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

CANDAU, Vera Maria (org.). Didática: tecendo/reinventando saberes e práticas. Rio de

Janeiro: 7letras. 2018.

CORDEIRO, K. M.; SOUZA, I. M. da S. de; COSTA, R. P. Media and human rights education: New times, new challenges. *Education Policy Analysis Archives*, [S. l.], v. 30, p. (41), 2022.

FERNANDES, Yrama Siqueira; FERRÃO CANDAU, Vera Maria. DIREITOS HUMANOS, DIFERENÇAS E EDUCAÇÃO: desafios para o cotidiano escolar. *Momento - Diálogos em Educação*, [S. l.], v. 31, n. 01, p. 40–56, 2022.

GIARETA, Paulo Fioravante; GARCIA, Fabiola Xavier Vieira; QUADROS, Sheila Fabiana de. Reforma Curricular do Ensino Médio e Educação em Direitos Humanos: Desafios e Contradições. *Direito Público*, [S. l.], v. 20, n. 105, 2023.